

## RESUMO

O presente trabalho visa compreender o processo de formulação do que seria a primeira proposta de organização de um “sistema de saúde” do país: o Sistema Nacional de Saúde (SNS), instituído pela lei 6.229/75. O objetivo é reconstituir a dinâmica das forças políticas e grupos de interesses setoriais/institucionais, nos quais ideias, propostas, atores e instituições se encontravam e cujos ajustes e negociações, constituídos em momentos críticos de redefinição de políticas, culminaram na formalização institucional do SNS. Sob o marco teórico do neoinstitucionalismo, corrente das ciências sociais que ressalta a importância das instituições para o entendimento dos processos políticos e sociais, foi analisada a trajetória das iniciativas no que tange à organização da assistência à saúde no Brasil e suas sucessivas configurações. O período de análise se inicia na década de 40, momento de importantes discussões sobre saúde e bem-estar social no cenário internacional e nacional, principalmente no que tange ao chamado “problema da administração da Saúde Pública”, que se converte em um importante tópico na agenda setorial, e termina em 1980, ou seja, cinco anos após a criação do SNS, com o objetivo de examinar o seu recepcionamento pelo setor da saúde e o debate público que o sucedeu. Decisões e políticas anteriores estruturam o comportamento político e, nessa medida, estabelecem os contornos dentro dos quais as decisões posteriores são tomadas, entretanto, visto que a história é também marcada por acidentes de oportunidade e circunstância, verifica-se que o SNS se constituiu num processo de inovação limitada, caracterizado tanto por rupturas, possibilitadas por uma inflexão favorável da conjuntura política, como por continuidades, em função do legado de políticas prévias.

Palavras-chave: Sistemas de Saúde, políticas públicas de saúde, história da saúde pública.